

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.588.835 - PR (2019/0284709-2)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
AGRAVANTE : PLANACON CONTABILIDADE S/S LTDA
AGRAVANTE : LEONARDO DE CAMARGO MARTINS
ADVOGADOS : LEONARDO DE CAMARGO MARTINS - PR033105
FELIPE ROGÉRIO MOIMAS DIAS - PR071152
AGRAVADO : GRÊMIO LITERÁRIO E RECREATIVO LONDRINENSE
ADVOGADO : MIGUEL SALIH EL KADRI TEIXEIRA - PR044248

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DO TEMA. INVIABILIDADE. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. PREJUDICADO PELA INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.

1. Embargos à execução.
2. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados, não obstante a interposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial.
3. Alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere ao valor fixado para honorários advocatícios arbitrados por equidade, nos termos do CPC/73, exige o reexame de fatos e provas, vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.
4. A ausência de prequestionamento do tema que se supõe divergente impede o conhecimento da insurgência veiculada pela alínea "c" do art. 105, III, da Constituição da República.
5. A incidência da Súmula 7/STJ prejudica a análise do dissídio jurisprudencial pretendido. Precedentes desta Corte.
6. Agravo conhecido. Recurso especial não conhecido.

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por PLANACON CONTABILIDADE S/S LTDA e LEONARDO DE CAMARGO MARTINS, contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado nas alíneas "a" e "c" permissivo constitucional.

Agravo em Recurso Especial interposto em: 21/08/2018.

Concluso ao gabinete em: 27/11/2019.

Ação: embargos à execução, opostos por GRÊMIO LITERÁRIO E RECREATIVO LONDRINENSE, em face da agravante LANACON CONTABILIDADE S/S LTDA, a qual possui como advogado o agravante LEONARDO DE CAMARGO MARTINS, nos quais sustenta a nulidade da execução, ante a cobrança de valores arbitrários. Afirma que em 2008 não constavam honorários pendentes de pagamento, de modo que os valores cobrados na execução não refletem a quantia devida a partir de 2009, já que os honorários mensais pela prestação de serviços de contabilidade eram de R\$ 1.100,00. Aduz que a embargada não cumpriu sua parte na avença, razão pela qual não lhe pode exigir pagamento.

Sentença: julgou improcedentes os embargos à execução, arbitrando honorários advocatícios em favor do advogado da agravante PLANACON CONTABILIDADE S/S LTDA, no importe de R\$ 1.000,00.

Acórdão: negou provimento à apelação interposta pela agravada; deu provimento à apelação interposta pela agravante, para majorar os honorários advocatícios - por equidade - para o patamar de R\$ 5.000,00.

Nesse sentir é a ementa dos julgados:

APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS À EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. IRRESIGNAÇÃO DE AMBAS AS PARTES LITIGANTES.

APELAÇÃO CÍVEL 01. RECURSO DO EMBARGANTE. 1. PRELIMINAR EM CONTRARRAZÕES. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. INOCORRÊNCIA. APELO QUE ATACA DIRETAMENTE OS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA, DECLINANDO FUNDAMENTOS DE FATO E DE DIREITO. PRELIMINAR AFASTADA 2. EXIGIBILIDADE DO TÍTULO QUE LASTREIA A EXECUÇÃO. NÃO PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS ALEGADA E NÃO DEMONSTRADA. ÔNUS QUE INCUMBIA AO EMBARGANTE (ARTIGO 333, II, CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL). 2. EXCESSO DE EXECUÇÃO. SENTENÇA OMISSA NO PONTO. JULGAMENTO CITRA PETITA EVIDENCIADO. NULIDADE PARCIAL DA SENTENÇA RECONHECIDA DE OFÍCIO. POSSIBILIDADE DE SANEAMENTO EM SEGUNDO GRAU. ARTIGO 1.013, § 3º, INCISO III, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. AUSÊNCIA DE MEMÓRIA DE CÁLCULO DO VALOR INCONTROVERSO. ARTIGO 739-A, § 5º DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. FUNDAMENTO NÃO CONHECIDO. A petição

inicial de embargos à execução que apontar excesso na execução, a luz do disposto pelo artigo 739-A, §5º, do Código de Processo Civil/73 deve conter a indicação do valor considerado como devido e ser instruída com o demonstrativo de cálculo, sob pena de rejeição dos embargos ou de não conhecimento desse fundamento. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

APELAÇÃO CÍVEL 02. IRRESIGNAÇÃO DA PARTE EMBARGADA. PLEITO DE MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ACOLHIMENTO. APLICAÇÃO, NO CASO, DO §4º, DO ARTIGO 20 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL/73. SENTENÇA REFORMADA NO PONTO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. (e-STJ, fl. 363) (grifo nosso)

Embargos de declaração: opostos pela agravada, foram rejeitados

Recurso especial: alega violação do arts. 20, §§ 3º e 4º, do CPC/73; 82, § 2º, do CPC/15, bem como dissídio jurisprudencial. Sustenta que a fixação dos honorários de sucumbência deve ocorrer tendo como parâmetro o percentual entre 15 a 20 % sobre o valor atualizado da causa.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

- Julgamento: aplicação do CPC/15

- Da ausência de prequestionamento

O acórdão recorrido não decidiu acerca do art. 85, § 2º, do CPC/15, indicado como violado, apesar da interposição de embargos de declaração. Por isso, o julgamento do recurso especial é inadmissível. Aplica-se, portanto, a Súmula 211/STJ.

A título de reforço argumentativo, ainda que fosse superado o óbice da ausência de prequestionamento, consoante o entendimento da Corte Especial do STJ, *o marco temporal para a aplicação das regras fixadas pelo CPC/2015 em relação aos honorários advocatícios é a data da prolação da sentença* (SEC 14.385/EX, DJe 21/8/2018). Necessário salientar que o CPC/15 passou a vigor apenas em 18/03/2016.

Compulsando os autos, nota-se que a sentença que fixou honorários de sucumbência foi prolatada em 12/02/2016 (e-STJ, 221), sendo ainda publicada

sob a égide do CPC/73.

Dessa forma, na situação em análise, as regras para a fixação dos honorários de sucumbência seguem as diretrizes contidas no âmbito do CPC/73, não se aplicando o entendimento da 2ª Seção do STJ, por ocasião do julgamento do REsp 1.746.072/PR, em 13/02/2019, no qual se uniformizou o entendimento acerca da fixação dos honorários advocatícios sucumbenciais na sentença de condenação do vencido para o CPC/2015.

- Do reexame de fatos e provas

Alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere ao valor fixado para honorários advocatícios arbitrados por equidade, nos termos do CPC/73, exige o reexame de fatos e provas, vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ. Nesse sentido: REsp 1.627.865/DF (3ª Turma, DJe 24/05/2019) e AgInt no REsp 1.801.284/MT (4ª Turma, DJe 11/09/2019).

Ademais, a jurisprudência do STJ, seguindo as diretrizes do CPC/73, tem considerado irrisórios os honorários fixados em patamar inferior a 1% sobre o valor da causa. Nesse sentido: REsp 1.601.556/RJ (3ª Turma, DJe de 20/06/2016) e AgRg no REsp 1.150.157/DF (4ª Turma, DJe 19/09/2016).

Na hipótese dos autos, o TJ/PR arbitrou em R\$ 5.000,00 os honorários de sucumbência, correspondendo a aproximadamente 1,1176% do valor da causa, montante que não se mostra irrisório.

- Da divergência jurisprudencial

A ausência de prequestionamento do tema que se supõe divergente, qual seja, a violação do art. 85, § 2º, do CPC/15, impede o conhecimento da insurgência veiculada pela alínea "c" do art. 105, III, da Constituição da República. Nesse sentido: AgRg no REsp 909.113/RS, 3ª Turma, DJe 02/05/2011 e AgRg no Ag 781.322/RS, 4ª Turma, DJe 24/11/2008.

Ademais, a incidência da Súmula 7 desta Corte acerca do tema que se supõe divergente (montante dos honorários de sucumbência fixados por equidade),

também, impede o conhecimento da insurgência veiculada pela alínea "c" do art. 105, III, da Constituição da República. Nesse sentido: AgInt no AREsp n. 821.337/SP, Terceira Turma, DJe de 13/03/2017 e AgInt no AREsp n. 964.391/SP, Terceira Turma, DJe de 21/11/2016.

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo, para NÃO CONHECER do recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/2015.

Deixo de majorar os honorários de sucumbência recursal, visto que não foram arbitrados na instância de origem.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, ambos do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília(DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora